

PARECER TÉCNICO

INTERESSADO: CPL

PROCESSO LICITATORIO: Nº 9/2022-00001-PE/SEMED

ASSUNTO: Solicitação de análise e parecer técnico quanto ao processo de pregão eletrônico do Processo Licitatório Nº 9/2022-00001-PE/SEMED, referente para futura **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO /PARÁ, EM CONFORMIDADE COM ANEXO 1.**

I – DA ANÁLISE E PARECER

Foi encaminhado ao Controle Interno, nesta data, o processo em referência, para fazer a análise e emitir Parecer, quanto aos aspectos da **formalização dos contratos**, observados de acordo com a Lei Nº 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei nº 8666/93 e pela Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações, e no que se refere aos contratos:

- **Nº20220101/FME** no valor de R\$ 207.615,00 (duzentos e sete mil e seiscentos e quinze reais). Empresa **BOM BONS E DESCARTAVEIS EIRELI**. Inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ 01.580.769/0001-99. Referente ao contrato com Fundo Municipal de Educação.
- **Nº20220102/FME** no valor de R\$171.078,00 (cento e setenta e um e setenta e oito reais). Empresa **CAJADA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ 32.163.746/0001-02. Referente ao contrato com Fundo Municipal de Educação.
- **Nº20220103/FME** no valor de R\$ 403.700,00 (quatrocentos e três mil setecentos reais). Empresa. **E.V DE LIMA MINI MERCADO EIRELI** inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ22.064.524/0001-89 . Referente ao contrato com Fundo Municipal de Educação.
- **Nº20220104/FME** no valor de R\$ 660.314,70 (seiscentos e sessenta mil trezentos e quatorze reais e setenta centavos). Empresa **JBCOMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ43. 821.348/0001-52. Referente ao contrato do Fundo Municipal de Educação.

Contratos firmados, nomeadamente as cláusulas e itens que dizem respeito à organização e formalização geral do processo, dos autos dos contratos e das demais documentações do processo em análise. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão. Visando a orientação do Administrador Público, lembrando ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida aquela Secretaria, dar a Assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser encaminhado por escrito à controladoria,

juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo licitatório. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório nos autos encaminhados pelo Departamento de Licitação.

II – DA CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, esta Controladoria **RECOMENDA** o prosseguimento do processo, conforme a Lei N° 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei n° 8666/93 e Decretos Federais n° 7.892/2013 e 8.250/2014 e pela Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações. Há visto que não houve nenhum vício na tramitação do processo.

É o Parecer, S.M.J.

Mãe do Rio 16 de fevereiro de 2022.

Celma Magalhães
Controladora Geral do Município
DECRETO N°019/2022